



Número: **0600077-72.2021.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **29/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600196-42.2020.6.16.0170**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Execução - Cumprimento de Sentença, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança Cível com pedido liminar nº 0600077-72.2021.6.16.0000 impetrado por Andriel Aparecido Moreira Resnizeke em face do ato coator do Juízo da 170ª Zona Eleitoral de Mamborê/PR, na pessoa da Exma. Sr. Juíza Eleitoral Dra. Amanda Silveira de Medeiros, tendo como interessado Ricardo Radomski que revogou o despacho sob ID nº 84681480 e determinou a exclusão do documento, bem como, considerando o trânsito em julgado da decisão, determinou a intimação do representado para promover o pronto pagamento da multa arbitrada, no prazo de 30 dias, nos autos de Representação nº 0600196-42.2020.6.16.0170, ajuizado por Ricardo Radomski e coligação Trabalhando Se Faz A Diferença em face de Adriel Moreira, com fundamento no art. 57-D, § 2º e ss, da Lei nº 9.504/97, sob a alegação de ter o Representado divulgado em seu perfil pessoal de Facebook vídeo contendo uma foto do "Hospital Municipal de Mamborê" contendo fala do Requerente retirada de contexto e tempo. Sustenta que na realidade, o que há no caso é uma montagem por parte do representado que se utilizou de uma foto atual do hospital inaugurado com a fala sobreposta do representante que ocorreu em uma entrevista concedida em abril de 2020, à TV Carajás, onde relatava problemas no centro hospitalar, antes da reforma e entrega deste ao município, informando uma série de correções de problemas e trabalhos a serem desenvolvidos para melhora do espaço. Transcrição do conteúdo publicado: ""Hospital não é hospital, o nome utilizado é de hospital"; "Parece mais um hotel"; "Camas com mais de 50 anos"; "Só quem pode mentir sou eu"; "Eu vou preso". (Requer: - que seja suspensa a execução em liminar até que seja decidida a presente ação; - ao final, seja cassado o ato coator, vez que teratológico, consequente arquivamento do feito, levando-se em consideração a decisão do ID 85405901, transitada em julgado sem recurso das partes, a qual nem sequer houve interesse de cumprimento de sentença por parte da União, respeitando a coisa julgada formal e o trânsito em julgado da decisão).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ANDRIEL APARECIDO MOREIRA RESNIZEKE (IMPETRANTE)	CLAUDIMARA CALORE DE SOUZA (ADVOGADO)
JUÍZO DA 170ª ZONA ELEITORAL DE MAMBORÊ PR (IMPETRADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	
RICARDO RADOMSKI (INTERESSADO)	
Documentos	

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
35784 916	01/06/2021 15:25	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

0600077-72.2021.6.16.0000

IMPETRANTE: ANDRIEL APARECIDO MOREIRA RESNIZEKE

Advogado do(a) IMPETRANTE: CLAUDIMARA CALORE DE SOUZA - PR0028461

IMPETRADO: JUÍZO DA 170ª ZONA ELEITORAL DE MAMBORÊ PR

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, impetrado por Andriel Aparecido Moreiro Resnizeke, em face de decisão proferida pelo Juízo da 170ª Zona Eleitoral de Mamborê, que revogou a sentença transitada em julgado que determinava o arquivamento dos autos e intimou o impetrante para promover o pagamento da multa arbitrada. Requer o impetrante seja concedida medida liminar, a fim de suspender a execução, e, ao final, seja concedida a segurança, para cassar a decisão impugnada, arquivando-se o feito.

Todavia, da análise da petição inicial, não se verificou pedido certo.

Isso, porque o impetrante cita como ato coator decisão proferida nos autos de Representação Eleitoral nº 0600196-42.2020.6.16.0170, ID 85405901, bem como requer seja oficiada à 170ª Zona Eleitoral de Mamborê, para que junte ao presente *mandamus* a decisão de ID 85405901, a qual está disponível para consulta pública.

Analisando a mencionada Representação Eleitoral, tem-se que a decisão de ID 85405901 revogou a decisão de ID 84681480, a qual se encontra indisponível para a consulta, nem corresponde ao ID da decisão juntada à petição inicial, ao ID 32474816.

Outrossim, o impetrante, embora não mencione na exordial, acostou decisão proferida nos autos de Direito de Resposta nº 0600193-87.2020.6.16.0170. Em consulta a este feito, constata-se que a decisão ID 85405902, também revogou a decisão de ID 80704582, que de igual forma se encontra indisponível para visualização.



Desse modo, diante da ausência de pedido certo, restou determinado ao ID 32546466 a intimação da parte impetrante, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321, do CPC, emendasse a petição inicial.

Entretanto, inobstante devidamente intimada, deixou a parte requerente transcorrer o prazo sem manifestação, conforme certificado nos autos (ID 35459866), não restando certo e determinado nos autos qual decisão pretende seja cassada, nem qual execução pretende seja suspensão.

Ressalte-se que o Mandado de Segurança observa o rito sumário, o qual prima pela celeridade, não admitindo instrução probatória, razão pela qual o direito líquido e certo deve estar comprovado de plano na petição inicial e nos documentos que a acompanham.

Assim sendo, com fundamento no art. 31, IV, a, do Regimento Interno deste TRE/PR, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC, e nos termos do art. 10, da Lei 12.016/2009, e julgo extinto o presente Mandado de Segurança, sem resolução de mérito, conforme art. 485, I, do CPC.

Autorizo à Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento da presente decisão.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

ROGÉRIO DE ASSIS

Relator

